



# AVISO IMPORTANTE:



**Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

## POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Exercícios comentados, questões e mapas mentais
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:  
<https://www.editorasolucao.com.br/>



# MP-RS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

## Técnico do Ministério Público

**EDITAL DE ABERTURA DE CONCURSOS PÚBLICOS  
Nº 061/2025-SUBADM**

CÓD: SL-131MA-25  
7908433275985

## Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de texto .....	9
2. Tipologia e gêneros textuais .....	12
3. Figuras de linguagem .....	17
4. Semântica: significação de palavras e expressões; Relações de sinonímia e de antonímia .....	20
5. Ortografia .....	24
6. Acentuação gráfica .....	26
7. Uso da crase .....	30
8. Fonética e Fonologia: som e fonema, encontros vocálicos e consonantais e dígrafos .....	32
9. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto .....	38
10. Locuções verbais (perífrases verbais) .....	47
11. Funções do “que” e do “se” .....	49
12. Estrutura e formação de palavras .....	50
13. Elementos da comunicação e funções da linguagem .....	55
14. Sintaxe: termos da oração e relações sintático-semânticas estabelecidas entre termos, orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e por subordinação) .....	58
15. Concordância verbal e nominal .....	62
16. Regência verbal e nominal .....	66
17. Colocação pronominal .....	69
18. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto .....	70
19. Elementos de coesão e suas funções para a construção da coerência textual .....	76
20. Função textual dos vocábulos .....	80
21. Variação linguística .....	86
22. Redação Oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República): aspectos gerais, gêneros textuais, níveis de linguagem e adequação linguística .....	87

## Noções de Direito e Legislação

1. Matéria estatutária e institucional: o ministério público nas constituições federal e estadual .....	101
2. O conselho nacional do ministério público: composição e competência .....	104
3. A lei orgânica nacional do ministério público (lei federal nº 8.625/93) .....	107
4. A lei orgânica estadual do ministério público do rio grande do sul (lei estadual nº 7.669/82) .....	117
5. Estatuto do ministério público do rio grande do sul (lei estadual nº 6.536/73) .....	127
6. Estatuto e regime jurídico dos servidores públicos civis do estado do rio grande do sul (lei complementar estadual nº 10.098/94) .....	141
7. Lei estadual nº 15.516/2020 .....	169
8. Ordem de serviço nº 06/2015 .....	172
9. Código de ética do ministério público brasileiro (resolução cnmp nº 261/2023) .....	175
10. Direito penal: crimes praticados por funcionário público contra a administração pública .....	178
11. Direito constitucional: dos princípios fundamentais .....	185
12. Direitos e garantias fundamentais .....	186
13. Organização do estado .....	196

14. Organização dos poderes.....	211
15. Direito administrativo: organização administrativa .....	237
16. Ato administrativo .....	240
17. Poderes administrativos.....	255
18. Responsabilidade civil do estado .....	262
19. Licitações e contratos administrativos (lei federal nº 14.133/2021).....	266
20. Controle da administração pública .....	310
21. Improbidade administrativa (lei nº 8429/1992) .....	316
22. Princípios de direito administrativo .....	332
23. Direito civil: lei de introdução às normas do direito brasileiro .....	336
24. Das pessoas: das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas .....	350
25. Do domicílio.....	367
26. Dos bens .....	371
27. Dos fatos jurídicos: negócio jurídico, atos jurídicos lícitos e atos ilícitos .....	376
28. Da prescrição e decadência .....	387
29. Lei de acesso à informação (lei nº 12.527/2011).....	392
30. Resolução cnmp nº 89/2012.....	399
31. Lei geral de proteção de dados – lgpd (lei nº 13.709/2018).....	404
32. Provimento nº 11/2016 - pgj, dispõe sobre a criação do núcleo permanente de incentivo à autocomposição, no âmbito do ministério público do estado do rio grande do sul, e dá outras providências .....	417
33. Resolução cnmp nº 118/2014, dispõe sobre a política nacional de incentivo à autocomposição no âmbito do ministério público e dá outras providências .....	420
34. Resolução cnmp n.º 150/2016, dispõe sobre criação de núcleo de solução alternativa de conflitos e dá outras providências.....	423
35. Resolução cnmp nº 276/2023 – dispõe sobre a política nacional do ministério público digital – mpdigital .....	423

## Informática

1. Fundamentos de Informática. Conceitos e fundamentos básicos de informática; Terminologias e princípios gerais de TI .....	433
2. Impacto da transformação digital em atividades jurídicas e administrativas .....	433
3. Softwares Utilitários. Utilização de softwares utilitários: compactadores de arquivosreprodutores de vídeo, visualizadores de imagens, antivírus .....	434
4. Ambientes de reuniões virtuais: Microsoft Teams.....	435
5. Clientes de e-mails.....	442
6. Ferramentas de transcrição automática de reuniões .....	446
7. Hardware e Periféricos. Componentes de hardware: placa-mãe, memórias, processadores (CPU), discos de armazenamento (SSDs, pendrives, HDs); Dispositivos de entrada e saída (mouse, teclado, webcam, scanner, fones de ouvido/headset, impressora) .....	446
8. Sistemas Operacionais. Utilização e configuração básica do Windows 10 e Windows 11; Instalação de softwares; Configuração de hardware via USB e Bluetooth .....	449
9. Noções de acessibilidade digital em sistemas operacionais .....	473
10. Ferramentas de Escritório. Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação no Microsoft Office 365 (Word, Excel, PowerPoint) .....	474
11. Noções sobre integração do Office com IA (Copilot) .....	482

12. Noções de gerenciamento de arquivos local, em rede e nuvem em ambiente corporativo (OneDrive e Sharepoint); Compartilhamento de Arquivos. Transferência de arquivos via Internet: OneDrive; Uso e compartilhamento de arquivos em nuvem.....	482
13. Internet e Navegadores. Conceitos de Internet e Intranet; Busca e pesquisa avançada na Web; Navegadores modernos: Microsoft Edge, Google Chrome, Firefox e suas extensões de produtividade .....	483
14. Uso de Inteligência Artificial na pesquisa jurídica e documental.....	487
15. Segurança da Informação. Noções de segurança digital; Proteção contra vírus e malware; Prevenção contra phishing e golpes digitais; Boas práticas no uso de senhas e autenticação de dois fatores (2FA) .....	488
16. Automação e Inteligência Artificial. Noções de Inteligência Artificial aplicada ao direito e à administração pública; Automação de documentos e workflows administrativos com IA.....	493
17. Governança Digital e Compliance. Noções de Compliance Digital .....	494
18. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) .....	497
19. Normas e boas práticas de conformidade digital em órgãos público .....	510
20. Transformação Digital no Setor Público. Processos eletrônicos e digitalização de documentos .....	511
21. Noções sobre interoperabilidade entre sistemas administrativos e jurídicos .....	512
22. Sistemas de Processo Eletrônico.....	512
23. Assinatura eletrônica e digital simples, avançada e qualificada (Gov.br, DocuSign, Adobe Sign) .....	513
24. Gerenciamento de processos de negócio. Conceitos e noções de modelagem de processos análise de processos e desenho de processos .....	514
25. Gerenciamento de projetos. Conceitos e noções; Áreas de conhecimento; Projetos, programas e portfólio .....	516

## Raciocínio Lógico-Matemático

1. Conjuntos numéricos.....	521
2. Compreensão e elaboração das situações por meio de: raciocínio verbal; raciocínio matemático, envolvendo conjuntos e suas operações/ diagrama de Venn .....	535
3. Operações por meio de problemas utilizando frações e números decimais .....	539
4. Razões e proporções, grandezas proporcionais, divisão proporcional .....	540
5. Regra de três simples e composta .....	542
6. Porcentagem.....	543
7. Raciocínio sequencial.....	544
8. Orientação espacial e temporal .....	546
9. Compreensão do processo lógico (lógica das proposições e tabela verdade) que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas .....	547
10. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; Dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquela relação .....	548

# LÍNGUA PORTUGUESA

## COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

### DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

**Compreensão** refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

#### ► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

#### ► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

### TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

#### ► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

#### Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

#### ► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

#### Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.
- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitem sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

#### ► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

#### Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

#### ► Importância da Compreensão dos Tipos de Linguagem

Entender os tipos de linguagem é crucial para uma interpretação de textos eficaz, pois permite que o leitor reconheça como as mensagens são construídas e transmitidas. Em textos que utilizam apenas a linguagem verbal, a atenção deve estar voltada para o que está sendo dito e como as ideias são organizadas. Já em textos que empregam a linguagem não-verbal ou mista, o leitor deve ser capaz de identificar e interpretar símbolos, imagens e outros elementos visuais, integrando-os ao conteúdo verbal para chegar a uma interpretação completa.

Desenvolver a habilidade de identificar e interpretar os diferentes tipos de linguagem contribui para uma leitura mais crítica e aprofundada, algo essencial em provas que avaliam a competência em Língua Portuguesa. Essa habilidade é um diferencial importante para a compreensão do que está explicitamente escrito e para a interpretação das nuances que a linguagem não-verbal ou mista pode adicionar ao texto.

### INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada, especialmente em contextos de provas de concursos públicos. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

#### ► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

#### ► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

- **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.
- **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

- **Paráfrase:** Trata-se da reescrita de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

- **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

- **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

- **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

- **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

- **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

- **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

- **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

# NOÇÕES DE DIREITO E LEGISLAÇÃO

## MATÉRIA ESTATUTÁRIA E INSTITUCIONAL: O MINISTÉRIO PÚBLICO NAS CONSTITUIÇÕES FEDERAL E ESTADUAL

### CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Nós, representantes do povo Rio-Grandense, com os poderes constituintes outorgados pela Constituição da República Federativa do Brasil, voltados para a construção de uma sociedade fundada nos princípios da soberania popular, da liberdade, da igualdade, da ética e do pleno exercício da cidadania, em que o trabalho seja fonte de definição das relações sociais e econômicas, e a prática da democracia seja real e constante, em formas representativas e participativas, afirmando nosso compromisso com a unidade nacional, a autonomia política e administrativa, a integração dos povos latino-americanos e os elevados valores da tradição gaúcha, promulgamos, sob a proteção de Deus, esta Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.*

(...)

### TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

(...)

### CAPÍTULO IV DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

#### SEÇÃO I DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 107. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Art. 108. O Ministério Público tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado dentre integrantes da carreira, indicados em lista tríplice, mediante eleição, para mandato de dois anos, permitida uma recondução por igual período, na forma da lei complementar.

§ 1.º Decorrido o prazo previsto em lei sem nomeação do Procurador-Geral de Justiça, será investido no cargo o integrante da lista tríplice mais votado.

§ 2.º O Procurador-Geral de Justiça poderá ser destituído por deliberação da maioria absoluta da Assembléia Legislativa, nos casos e na forma da lei complementar estadual.

§ 3.º O Procurador-Geral de Justiça comparecerá, anualmente, à Assembléia Legislativa para relatar, em sessão pública, as atividades e necessidades do Ministério Público.

§ 4.º A lei complementar a que se refere este artigo, de iniciativa facultada ao Procurador-Geral, estabelecerá a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público, observados, além de outros, os seguintes princípios:

I - aproveitamento em cursos oficiais de preparação para ingresso ou promoção na carreira;

II - residência do membro do Ministério Público na Comarca de sua classificação;

III - progressão na carreira de entrância a entrância, correspondentes aos graus da carreira da Magistratura estadual, por antiguidade e merecimento, alternadamente, sendo exigido em cada uma o interstício de dois anos de efetivo exercício, salvo se não houver candidato com os requisitos necessários;

IV - ingresso na carreira mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização e observada, nas nomeações, a ordem de classificação.

Art. 109. Ao Ministério Público é assegurada autonomia administrativa e funcional, cabendo-lhe, na forma de sua lei complementar:

I - praticar atos próprios de gestão;

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional do pessoal da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

III - propor à Assembléia Legislativa a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, bem como a fixação dos vencimentos de seus membros e servidores;

IV - prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de promoção, remoção e demais formas de provimento derivado;

V - organizar suas secretarias e os serviços auxiliares das Promotorias de Justiça.

Parágrafo único. O provimento, a aposentadoria e a concessão das vantagens inerentes aos cargos da carreira e dos serviços auxiliares, previstos em lei, dar-se-ão por ato do Procurador-Geral.

Art. 110. O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites da lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 111. Além das funções previstas na Constituição Federal e nas leis, incumbe ainda ao Ministério Público, nos termos de sua lei complementar:

I - exercer a fiscalização dos estabelecimentos que abrigam idosos, inválidos, menores, incapazes e pessoas portadoras de deficiências, supervisionando-lhes a assistência;

II - exercer o controle externo das atividades desenvolvidas nos estabelecimentos prisionais;

III - assistir as famílias atingidas pelo crime e defender-lhes os interesses;

IV - exercer o controle externo da atividade policial;

V - receber petições, reclamações e representações de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados na Constituição Federal, nesta Constituição e nas leis.

Parágrafo único. No exercício de suas funções, o órgão do Ministério Público poderá:

a) instaurar procedimentos administrativos e, a fim de instruí-los, expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos, requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais, da administração direta e indireta, bem como promover inspeções e diligências investigatórias;

b) requisitar à autoridade competente a instauração de sindicância, acompanhar esta e produzir provas;

c) requisitar informações e documentos de entidades privadas para instruir procedimento e processo em que officie.

Art. 112. As funções do Ministério Público junto ao Tribunal Militar serão exercidas por membros do Ministério Público estadual, nos termos de sua lei complementar.

Art. 113. Aos membros do Ministério Público são estabelecidas:

I - as seguintes garantias:

a) vitaliciedade após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;

c) irredutibilidade de vencimentos, observado o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração, bem como o disposto nos arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2.º, I, da Constituição Federal;

II - as seguintes vedações:

a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

b) exercer a advocacia;

c) participar de sociedade comercial, na forma da lei;

d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outro cargo ou função pública, salvo uma de magistério;

e) exercer atividade político-partidária, salvo exceções previstas em lei.

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

*Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.*

(...)

## TÍTULO IV

### DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)

(...)

## CAPÍTULO IV

### DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)

## SEÇÃO I

### DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo - lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§1º São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

§2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo - os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

§4º Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do §3º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§5º Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do §3º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§6º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Art. 128. O Ministério Público abrange:

I - o Ministério Público da União, que compreende:

a) o Ministério Público Federal;

b) o Ministério Público do Trabalho;

c) o Ministério Público Militar;

d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

II - os Ministérios Públicos dos Estados.

§1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador - Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

# INFORMÁTICA

## FUNDAMENTOS DE INFORMÁTICA. CONCEITOS E FUNDAMENTOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA; TERMINOLOGIAS E PRINCÍPIOS GERAIS DE TI

A informática é a ciência que estuda o processamento, armazenamento e transmissão de informações por meio de dispositivos eletrônicos, especialmente computadores. Seu objetivo é facilitar a automação de tarefas, melhorar a comunicação e otimizar a gestão de dados.

### CONCEITOS BÁSICOS

- **Hardware:** Conjunto de componentes físicos de um sistema computacional, como processador, memória RAM, disco rígido, placa-mãe e periféricos (teclado, mouse, monitor, impressora, etc.).
- **Software:** Programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a realização de tarefas.
- **Firmware:** Programa incorporado ao hardware que controla suas funções básicas, como o BIOS de um computador.

### Terminologias Essenciais de TI

- **Sistema Operacional (SO):** Software que gerencia recursos do hardware e permite a interação entre usuário e máquina.
- **Bit e Byte:** Unidades básicas de informação digital (1 byte = 8 bits).
- **Rede de Computadores:** Conjunto de dispositivos interconectados para compartilhamento de dados e recursos.
- **Banco de Dados:** Estrutura organizada para armazenamento e recuperação de informações.
- **Computação em Nuvem:** Modelo que permite acesso a serviços computacionais via internet sem a necessidade de infraestrutura local.
- **Segurança da Informação:** Conjunto de práticas para proteger dados contra acessos não autorizados, ataques cibernéticos e falhas.

### PRINCÍPIOS GERAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

A TI abrange um conjunto de práticas e conhecimentos aplicados ao uso de computadores e redes para processar e distribuir informações. Seus principais princípios incluem:

- **Usabilidade:** Facilidade de uso de sistemas e aplicativos.
- **Escalabilidade:** Capacidade de um sistema crescer conforme a demanda.
- **Interoperabilidade:** Compatibilidade entre diferentes sistemas e plataformas.
- **Confiabilidade:** Garantia de que sistemas operam corretamente e com mínima chance de falha.

- **Sustentabilidade:** Uso eficiente de recursos computacionais para minimizar impactos ambientais.

## IMPACTO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL EM ATIVIDADES JURÍDICAS E ADMINISTRATIVAS

A transformação digital refere-se ao processo de integração da tecnologia digital em todas as áreas de uma organização ou setor, resultando em mudanças profundas na forma como as atividades são conduzidas e nos resultados alcançados.

No contexto jurídico e administrativo, essa revolução tecnológica tem impulsionado mudanças significativas, eliminando barreiras geográficas, automatizando tarefas repetitivas, otimizando processos e promovendo uma gestão mais eficiente e transparente.

### IMPACTOS NO SETOR JURÍDICO

- **Automação de Processos:** Com a introdução de sistemas como o Processo Judicial Eletrônico (PJe), a tramitação de processos foi digitalizada, reduzindo a necessidade de papel e a dependência de interações presenciais.

Essa automação permite que advogados, juízes e partes interessadas acessem documentos e acompanhem o progresso do caso em tempo real.

- **Inteligência Artificial no Direito:** Ferramentas baseadas em IA estão sendo usadas para analisar contratos, identificar cláusulas problemáticas e sugerir melhorias.

Softwares como o Legal Analytics ajudam a prever desfechos com base em dados históricos, auxiliando advogados na definição de estratégias.

- **Acesso à Informação:** Portais digitais permitem que cidadãos consultem informações sobre processos e legislação de maneira rápida e acessível, democratizando o acesso à justiça e reduzindo a sobrecarga nos tribunais.

### IMPACTOS NO SETOR ADMINISTRATIVO

- **Gestão Eletrônica de Documentos:** Ferramentas como o GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos) auxiliam na organização, armazenamento e recuperação de informações, aumentando a eficiência e eliminando a necessidade de armazenamento físico.

- **Colaboração em Tempo Real:** Plataformas em nuvem como o SharePoint possibilitam que equipes administrativas trabalhem simultaneamente em um mesmo documento, independentemente de sua localização.

- **Automação de Workflows:** Processos como solicitações de reembolso, aprovação de férias e relatórios financeiros podem ser automatizados, economizando tempo e reduzindo o risco de erros humanos.

### BENEFÍCIOS

- **Redução de Custos:** A digitalização reduz despesas com materiais físicos, como papel e toner de impressora.
- **Sustentabilidade:** A eliminação do uso de papel contribui para a preservação ambiental.
- **Aumento de Produtividade:** Profissionais se concentram em atividades estratégicas, enquanto tarefas operacionais são automatizadas.
- **Transparência e Acessibilidade:** Processos digitalizados permitem maior controle e monitoramento.

### DESAFIOS

Apesar dos benefícios, a transformação digital apresenta desafios como:

- **Custo de Implementação:** A instalação de novos sistemas pode demandar investimentos iniciais significativos.
- **Capacitação de Profissionais:** É necessário treinamento contínuo para adaptar equipes às novas tecnologias.
- **Segurança de Dados:** O armazenamento digital deve ser protegido contra vazamentos e ataques cibernéticos.

## SOFTWARES UTILITÁRIOS. UTILIZAÇÃO DE SOFTWARES UTILITÁRIOS: COMPACTADORES DE ARQUIVOS REPRODUTORES DE VÍDEO, VISUALIZADORES DE IMAGENS, ANTIVÍRUS

Os softwares utilitários desempenham um papel fundamental no suporte ao funcionamento eficaz de sistemas operacionais e computadores. Eles são responsáveis por realizar tarefas específicas que melhoram a experiência do usuário, aumentando a eficiência e a produtividade no ambiente de trabalho e no uso doméstico.

### COMPACTADORES DE ARQUIVOS

Compactadores, como WinRAR, 7-Zip e WinZip, são ferramentas indispensáveis para reduzir o tamanho de arquivos, tornando-os mais fáceis de armazenar e compartilhar.

Além disso, esses softwares oferecem funções de descompactação, possibilitando o acesso a arquivos comprimidos em formatos como `.zip`, `.rar` e `.7z`.

- **Principais Benefícios:** Economia de espaço de armazenamento, agilidade no envio de arquivos grandes pela internet e organização de dados em um único arquivo comprimido.
- **Cenário Prático:** Uma empresa pode utilizar compactadores para enviar contratos volumosos por e-mail sem exceder os limites de tamanho de anexos.

### REPRODUTORES DE VÍDEO

Softwares como VLC Media Player, KMPlayer e o Windows Media Player são essenciais para reproduzir arquivos de mídia em diferentes formatos, como `.mp4`, `.avi`, `.mkv` e `.mov`.

Esses programas oferecem ferramentas avançadas de controle de áudio e vídeo, suporte para legendas e compatibilidade com múltiplos codecs.

- **Principais Benefícios:** Reprodução de arquivos de alta qualidade, acessibilidade a diferentes formatos e personalização de configurações.
- **Cenário Prático:** Um departamento de treinamento pode usar reprodutores de vídeo para apresentar conteúdos instrutivos em eventos corporativos.

### VISUALIZADORES DE IMAGENS

Visualizadores de imagens, como IrfanView, XnView e o aplicativo nativo do Windows (Fotos), permitem abrir, visualizar e até realizar edições simples em arquivos gráficos.

Eles suportam vários formatos, incluindo `.jpeg`, `.png`, `.bmp` e `.gif`.

- **Principais Benefícios:** Facilidade no manuseio de arquivos de imagem, edição básica e organização de bibliotecas de imagens.
- **Cenário Prático:** Um profissional de marketing pode usar visualizadores para ajustar a resolução de imagens para apresentações.

### ANTIVÍRUS

Antivírus, como Avast, Norton, Kaspersky e o nativo Microsoft Defender, são programas projetados para proteger sistemas contra ameaças virtuais, como vírus, malwares, spywares e ransomwares.

Eles realizam varreduras frequentes, removem arquivos maliciosos e oferecem proteção em tempo real.

- **Principais Benefícios:** Segurança de dados, detecção proativa de ameaças e proteção de redes corporativas.
- **Cenário Prático:** Uma empresa utiliza antivírus para garantir que documentos compartilhados entre funcionários estejam livres de ameaças.

# RACIOCÍNIO LÓGICO -MATEMÁTICO

## CONJUNTOS NUMÉRICOS

A história dos conjuntos numéricos reflete a evolução do pensamento matemático e a necessidade de representar diferentes tipos de quantidades. Desde os tempos antigos, os seres humanos sentiram a necessidade de contar e medir, o que levou ao surgimento dos números naturais ( $\mathbb{N}$ ). Esses números, utilizados para a contagem e a representação de quantidades inteiras e positivas, foram essenciais nas primeiras civilizações, como a suméria e a egípcia.

Com o desenvolvimento do comércio e a necessidade de lidar com perdas e débitos, surgiu a noção de números negativos, levando à criação do conjunto dos números inteiros ( $\mathbb{Z}$ ). Este avanço permitiu representar tanto ganhos quanto perdas, enriquecendo a aritmética da época.

A descoberta das frações, que são representadas pelos números racionais ( $\mathbb{Q}$ ), marcou outro passo importante. Esses números foram usados para expressar divisões e proporções, sendo fundamentais em atividades como agricultura, construção e comércio.

No entanto, nem todas as quantidades podiam ser representadas por frações, levando à descoberta dos números irracionais, como a raiz quadrada de 2. Isso expandiu o conjunto dos números racionais para formar os números reais ( $\mathbb{R}$ ), que incluem tanto os racionais quanto os irracionais e são essenciais para descrever uma linha contínua de valores.

Finalmente, no século XVI, os matemáticos introduziram os números complexos ( $\mathbb{C}$ ) para resolver equações que não tinham soluções no conjunto dos números reais. Embora inicialmente abstratos, os números complexos encontraram aplicações práticas significativas, especialmente na engenharia e na física.

Essa evolução histórica dos conjuntos numéricos ilustra como a matemática tem se adaptado para resolver problemas cada vez mais complexos, refletindo o progresso do conhecimento humano ao longo dos séculos.

A seguir, veremos as definições e as propriedades essenciais dos conjuntos de números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos:

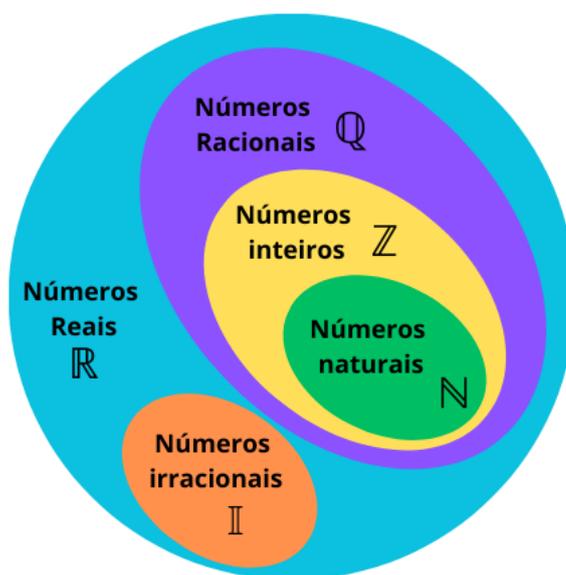
### CONJUNTOS NUMÉRICOS

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na

representação extensiva, os números são listados entre chaves  $\{\}$ . Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo:  $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$ .

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



### CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS ( $\mathbb{N}$ )

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra  $\mathbb{N}$  e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como  $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

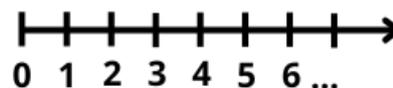
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$  ou  $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$ : conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$ , em que  $n \in \mathbb{N}$ : conjunto dos números naturais pares.

$\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$ , em que  $n \in \mathbb{N}$ : conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$ : conjunto dos números naturais primos.



► **Operações com Números Naturais**

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

► **Adição de Números Naturais**

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo:  $6 + 4 = 10$ , onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

► **Subtração de Números Naturais**

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando  $a - b$  tal que  $a \geq b$ .

Exemplo:  $200 - 193 = 7$ , onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

► **Multiplicação de Números Naturais**

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

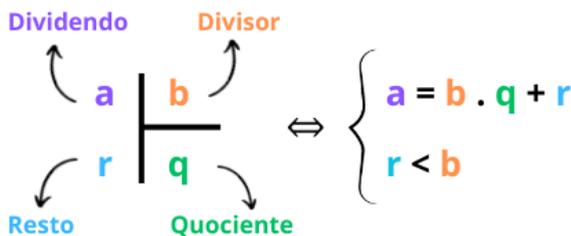
Exemplo:  $3 \times 5 = 15$ , onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

- 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:  $3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15$ . Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação).

► **Divisão de Números Naturais**

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



**Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais**

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo.  $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente.  $45 = 5 \times 9$

▪ A divisão de um número natural  $n$  por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse  $q$ , então poderíamos escrever:  $n \div 0 = q$  e isto significaria que:  $n = 0 \times q = 0$  o que não é correto! Assim, a divisão de  $n$  por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

► **Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais**

Para todo  $a, b$  e  $c$  em  $\mathbb{N}$

- 1) Associativa da adição:  $(a + b) + c = a + (b + c)$
- 2) Comutativa da adição:  $a + b = b + a$
- 3) Elemento neutro da adição:  $a + 0 = a$
- 4) Associativa da multiplicação:  $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- 5) Comutativa da multiplicação:  $a \cdot b = b \cdot a$
- 6) Elemento neutro da multiplicação:  $a \cdot 1 = a$
- 7) Distributiva da multiplicação relativamente à adição:  $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- 8) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:  $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- 9) Fechamento: tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

▪ Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema.

Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Solução: **Resposta: D.**

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

▪ João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217